

BELO HORIZONTE, 4 de novembro de 2019

Edição n. 4 - 1º a 31 de outubro de 2019

APRESENTAÇÃO

De caráter meramente informativo, este Boletim de Precedentes permite a consulta unificada aos processos abaixo enumerados, no âmbito do STF, STJ, TST e TRTMG, auxiliando magistrados e servidores na adoção de providências alusivas à suspensão de processos e aplicação de teses jurídicas fixadas.

Confira-se os principais andamentos nos processos **de interesse da Justiça do Trabalho**, relativos a:

- a) Repercussão Geral,
- b) Ações de Controle Concentrado (ADI, ADC, ADPF),
- c) Incidente de Recurso de Revista Repetitivo (IRRR), Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e demais Casos Repetitivos¹,
- d) Incidente de Assunção de Competência (IAC) e
- e) Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade (ArgInc).

Para otimizar a navegação, disponibilizaram-se links para o conteúdo de maior interesse.

A equipe do Nugep coloca-se à disposição para eventuais dúvidas ou sugestões.

E-mail: nugep@trt3.jus.br

Telefone: (31) 3228-7194

¹ Recurso Extraordinário (RE), Recurso Especial (REsp), CC (Conflito de competência) e Embargos de Divergência (Embargos).

Para consulta aos principais temas de Repercussão Geral, clique [aqui](#).

Tema: 149

Processo: RE 594.435

Título: Competência para processar e julgar causa que envolve contribuição previdenciária instituída pelo Estado membro incidente sobre complementação de proventos e de pensões por ele paga.

Determinação de suspensão: NÃO

Evento: Trânsito em julgado em 18/10/2019.

Tema: 246

Processo: RE 760.931

Título: Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço.

Determinação de suspensão: NÃO

Evento: Trânsito em julgado em 1º/10/2019.

Tema: 810

Processo: RE 870.947

Título: Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

Determinação de suspensão: NÃO

Eventos: Embargos de declaração rejeitados em 03/10/2019. Atas de julgamento publicadas em 18/10/2019. Acórdão pendente de publicação.

Tema: 897

Processo: RE 872.475

Título: Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.

Determinação de suspensão: NÃO (Tema julgado)

Evento: Embargos de declaração rejeitados em 25/10/2019. Acórdão pendente de publicação.

Tema: 1066

Processo: RE 1.171.152

Título: Possibilidade de o Poder Judiciário (i) estabelecer prazo para o INSS realizar perícia médica nos segurados da Previdência Social e (ii) determinar a implantação do benefício previdenciário postulado, caso o exame não ocorra no prazo.

Determinação de suspensão: **SIM**

Eventos: [Acórdão](#) que reconhece a repercussão geral publicado em 10/10/2019. [Decisão monocrática](#) com determinação de suspensão nacional publicada em 14/10/2019.

ADI, ADC E ADPF - STF

Para consulta às principais ações de controle concentrado (ADI, ADC e ADPF), clique [aqui](#).

ADC 57

Título: Ação declaratória de constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995 (Lei Geral de Concessões). Terceirização de atividade-fim.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: Julgado em 03/10/2019. Ata de julgamento publicada em 18/10/2019. Acórdão pendente de publicação.

ADI 5938

Título: Ação direta de inconstitucionalidade em face da expressão “quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento” do art. 394-A, II e III, da Consolidação das Leis do Trabalho, introduzido pelo art. 1º da Lei 13.467/2017.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: Pendente de julgamento de embargos declaratórios.

IRRR - TST

—

ARGINC - TST

—

IRDR - TRTMG

—

IAC - TRTMG

—

ARGINC - TRTMG

Para consulta aos incidentes de arguição de inconstitucionalidade (ArgIncs) do TRTMG, clique [aqui](#).

ArgInc-0011411-07.2018.5.03.0000

Título: Arguição de inconstitucionalidade do § 1º do art. 25 da Lei n. 8.987/1995. CLT, com a redação conferida pela Lei n. 13.467/2017.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: [Acórdão](#) publicado em 2/10/2019.

ArgIncCiv-0011811-21.2018.5.03.0000

Título: Arguição de inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei n. 13.467/2017.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: [Acórdão](#) publicado em 2/10/2019.

ArgIncCiv-0011812-06.2018.5.03.0000

Título: Arguição de inconstitucionalidade do art. 790-B, caput e § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei n. 13.467/2017.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Eventos: [Acórdão](#) publicado em 2/10/2019.

PAUTA DO TRIBUNAL PLENO (7/11/2019)

- **IRDR n. 0011325-36.2018.5.03.0000. Tema 5 de IRDR.** Título: IMBEL - Indústria de Material Bélico do Brasil - Alteração de cláusulas de plano de saúde. **Evento:** prosseguimento do julgamento.

DESTAQUES

Disponibilizada nova versão do [Livro de Jurisprudência do TRTMG](#). A obra contempla as teses fixadas pelo TST no julgamento de incidentes de recursos repetitivos (IRRs) e as respectivas remissões à jurisprudência consolidada deste Tribunal.

VOCÊ SABIA?

➤ Em regra, **não** há suspensão de processos em razão da instauração e pendência de julgamento de incidente de arguição de inconstitucionalidade (ArgInc), ante a ausência previsão legal nesse sentido.

[Clique aqui](#) e acesse os temas de Arginc instaurados no âmbito deste TRTMG.

➤ A **lista completa** dos temas e ações correspondentes encontra-se disponível no Portal deste Tribunal, menu “[Jurisprudência](#)”.

➤ Os **Boletins de Precedentes** podem ser consultados no Portal TRTMG, menu “Jurisprudência”, “Boletim de Precedentes - TRT-MG”, ou [neste link](#).